

## A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E O ENSINO DE HISTÓRIA NO NOVO ENSINO MÉDIO

Frederico Guilherme Monturil Rego<sup>1</sup>

Mailson Santos de Queiroz<sup>2</sup>

Pauliane Aparecida de Morais<sup>3</sup>

### RESUMO

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC é o instrumento que conduz a Educação Básica no Brasil. A BNCC propõe o ensino através do trabalho com Competências, Habilidades e Itinerários Formativos elencados para todas as áreas do conhecimento e auxiliada pela interdisciplinaridade. Houve a substituição das disciplinas clássicas em Objetos que englobam diversas ciências agrupadas em áreas do conhecimento. No Novo Ensino Médio a História perde sua condição de disciplina autônoma e passa a compor a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – CHSA, juntamente com Geografia, Filosofia e Sociologia. A BNCC se materializa na escola através do Plano Nacional do Livro e Material Didático – PNLD em que essas competências e habilidades devem ser obrigatoriamente inseridas como alicerce ao Projeto Político Pedagógico – PPP da escola.

**Palavras-chave:** BNCC. História. Novo Ensino Médio. PNLD. Interdisciplinaridade.

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho no curso em Complementação Pedagógica em História é um estudo panorâmico sobre a atual educação básica brasileira e busca refletir, de forma teórica e espiralada, sobre o ensino da disciplina de História no Novo Ensino Médio no âmbito da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Para produzir esse trabalho foram realizadas leituras de artigos, livros, relatórios científicos e documentos oficiais sobre os temas para debater e buscar uma análise teórica, bibliográfica e documental acerca da BNCC, a respeito do Novo Ensino Médio, e especificamente do ensino da disciplina de História no atual contexto da educação no Brasil. De cunho qualitativo, a pesquisa aborda as implicações da BNCC na

---

<sup>1</sup> Frederico Guilherme Monturil Rego é Bacharel em História pela Universidade de Brasília, Mestre em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e PhD em História da Ciência pelo Instituto Ibero-americano da Univerzita Karlova de Praga. E-mail: fredericogmrego@gmail.com.

<sup>2</sup> Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG.

<sup>3</sup> Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG.

educação brasileira. Esta pesquisa se justifica pela importância da compreensão dos critérios e normas do ensino de História na BNCC e no Novo Ensino Médio, discutindo os pontos convergentes e divergentes e refletindo sobre a implementação de Competências e Habilidades, assim como da Interdisciplinaridade e dos Itinerários Formativos. Importante ressaltar que ao pesquisarmos os parâmetros de objetivos e metas da disciplina História no Novo Ensino Médio, estamos nos referindo, de fato, aos parâmetros definidos para área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – CHSA, uma vez que a História perdeu sua condição de disciplina autônoma, perdendo, além de sua autonomia, seus próprios parâmetros de existência como área do conhecimento.

## **2. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC**

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC<sup>4</sup> é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica para que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Esse documento nasce com Constituição de 1988, a qual define a educação como direito básico e prevê a fixação futura de conteúdos mínimos para a educação básica, e se materializa em 2018 com a homologação final da BNCC para o Ensino Médio. A Base norteia a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares do país, indicando as Competências e Habilidades que se espera que os estudantes desenvolvam ao longo da vida escolar. Com a BNCC, o currículo do Novo Ensino Médio passou a ser dividido em Formação Geral e Itinerários Formativos. A Formação Geral é comum a todos estudantes. Possui carga horária máxima de 1.800 horas, propõe abordagem interdisciplinar por Área do Conhecimento e o trabalho com o conhecimento aplicado, tendo como foco o desenvolvimento de Competências. Já os Itinerários Formativos, com carga horária mínima de 1.200 horas, compreendem a oferta de diferentes acertos curriculares, conforme a relevância para o contexto local<sup>5</sup>. A BNCC orienta o trabalho pedagógico através da Formação Geral Básica a partir de quatro Áreas do Conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. É nessa etapa que todas as competências e habilidades previstas na BNCC devem ser desenvolvidas. A Formação Geral Básica estabelece o que é comum a todos os alunos, ou seja, o conjunto

<sup>4</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

<sup>5</sup> BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.

orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver, articulada com a parte específica escolhida, o Itinerário Formativo. Essa nova divisão curricular estipulada por áreas do conhecimento, segundo o texto normativo “não exclui necessariamente as disciplinas, com suas especificidades e saberes próprios historicamente construídos, mas, sim, implica o fortalecimento das relações entre elas e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade” (Brasil, 2017, p. 32). Esta perspectiva é bastante criticada por organizações, intelectuais e professores. A indicação de uma Base Nacional Comum Curricular divide opiniões, uma vez que se discute a pertinência frente ao risco de homogeneizar características essenciais para uma aprendizagem contextualizada e significativa. Segundo Freitas (2017), “deve haver uma BNCC que seja referência para o país, produto de sua visão de nação diversa, o que é muito diferente de fazer um “catálogo” de competências e habilidades, como se pode verificar na versão final do documento”. A BNCC propõe que as competências de cada área do conhecimento sejam desenvolvidas e aprofundadas com os alunos de maneira interdisciplinar durante todo o Ensino Médio. O que preocupa em um documento balizador como a BNCC é a frágil ideia de que todos os alunos brasileiros estão em pé de igualdade. A Base parece que está em dissonância com a realidade brasileira, percebendo de maneira rarefeita as desigualdades socioeconômicas gigantescas que há no Brasil.

### **3. O NOVO ENSINO MÉDIO**

O Ensino Médio brasileiro passou por um amplo processo de reformulação. As mudanças propostas orientaram-se por um conjunto de documentos legais produzidos pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação que acabou se materializando na Nova Lei do Ensino Médio<sup>6</sup> finalmente homologada em 2018. A BNCC do Ensino Médio se organiza centrada no desenvolvimento de competências e por itinerários formativos, orientada pelo princípio da educação integral. De acordo com a Formação Geral Básica da BNCC, as únicas disciplinas obrigatórias do Novo Ensino Médio são Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática. Portanto a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – CHSA é eletiva, isto é, o aluno vai escolher cursar ou não a área. Segundo a BNCC as CHSA têm o grande desafio de desenvolver a capacidade dos estudantes de estabelecer diálogos entre

---

<sup>6</sup> Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB nº 13.415/2017.

indivíduos, grupos sociais e cidadãos de diversas nacionalidades, saberes e culturas distintas. Para tanto, a Base propõe, ou impõe, habilidades competências para que os estudantes possam ter o domínio de conceitos e metodologias próprios dessa área. Os profissionais das Ciências Humanas se mostram preocupados com essa proposta, uma vez que têm diferentes métodos e teorias próprias de cada área que a compõem. As operações de Identificação, Seleção, Organização, Comparação, Análise, Interpretação e Compreensão de um dado objeto de conhecimento são procedimentos que possibilitam a elaboração de hipóteses e de argumentações do que foi selecionado, organizado e conceituado (BRASIL. BNCC, 2017).

O texto da BNCC do Ensino Médio dá grande ênfase ao protagonismo juvenil. Explica que as escolas devem apresentar ao jovem o mundo como um campo aberto para investigação e intervenção. O objetivo é estimular os estudantes a assumir novas responsabilidades, valorizando o que já foi feito e abrindo possibilidades para o novo. Diante disso, o protagonismo juvenil deve acontecer pela promoção da educação integral abarcando seus aspectos práticos, cognitivos, socioemocionais e pelo compromisso com a interdisciplinaridade dos fundamentos científico-tecnológicos no processo de ensino-aprendizagem. Todavia, o que percebemos ao estudar a atuação docente no Ensino Médio é que para a BNCC ele é um mediador, um provocador, que estimula o aluno a fazer as conexões necessárias e o prepara para agir na sociedade como um sujeito ativo e consciente, mas, é esse o papel do professor? Um mediador? Em especial o professor de História? Nos parece que os professores estão presos ao que estipula a BNCC, ao que está no livro didático e aos exames externos alinhados ao documento, uma vez que eles somente poderão cobrar o que está posto na BNCC, uniformizando exames e editais para atender ao documento da Base.

A educação no Brasil estava voltada para as questões da organização da sociedade do momento, e não para as questões da singularidade do sujeito. Atualmente os estudantes vivenciam um espaço-tempo real e virtual simultaneamente, o que exige da educação e dos docentes um olhar atento e sensível aos processos de ensino e aprendizagem. Antônio Fávero Sobrinho (2010) afirma que os estudantes estão familiarizados com as linguagens virtuais, acessando e interagindo com as comunidades virtuais disponíveis nas diferentes redes sociais. A escola deve adequar suas práticas e estratégias pedagógicas, sem deixar de levar em conta a enorme desigualdade socioeconômica do país. A BNCC reconhece que a Educação Básica deve “visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, lutar contra a discriminação e o

preconceito, e estimular o respeito pelas diversidades” (BRASIL, 2017, p.14), por isso, a existência de Eixos Contemporâneos Transversais no currículo, os quais podem estimular a compreensão que os estudantes necessitam ter para vivenciar e experimentar as diversas questões em suas relações sociais valorizando as singularidades e as pluralidades. A BNCC aponta seis áreas temáticas transversais: Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde, englobando outros temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global (BRASIL, 2017). De maneira geral, o Ensino Médio pouco dialogava com as necessidades e os interesses dos jovens brasileiros. Segundo a BNCC, uma das principais mudanças se refere às possibilidades de percursos relacionados às áreas de conhecimento e de formação técnica e profissional que os alunos poderão escolher com base em seus talentos e interesses para complementar as aprendizagens comuns e obrigatórias. De fato, o problema não está nas temáticas e sim como trabalhar essas temáticas de forma ampla, com profundidade científica e de maneira interdisciplinar. Com a reforma, os componentes curriculares estarão agregados às quatro áreas do conhecimento, correspondendo a 60% da jornada, de caráter obrigatório. Os demais 40% serão compostos pelos Itinerários Formativos.

Os Itinerários Formativos são um conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho em que os estudantes poderão escolher se aprofundar. Tratam da parte flexível do currículo do Novo Ensino Médio e correspondem, no mínimo, 1.200 horas anuais. Eles fazem parte das diretrizes estabelecidas pela BNCC e estão diretamente associados às habilidades e competências que todos os alunos devem desenvolver durante o Ensino Médio. Existem três tipos de Itinerários Formativos e cabe à escola definir qual ou quais ofertará: 1 – *Área do Conhecimento*: esses itinerários ampliam e aprofundam a aprendizagem em determinada área do conhecimento, aplicando em diversos contextos; 2 – *Formação Profissional e Técnica*: itinerários que preparam para o contexto do mercado de trabalho, por meio de qualificação profissional, formações experimentais e habilitação profissional técnica de nível médio; e 3 – *Integrado*: itinerários que combinam mais de uma área do conhecimento, e ainda podem ser complementados com o desenvolvimento de uma formação técnica e profissional (Abreu, 2020).

A Lei do Novo Ensino Médio alterou a LDB, estabelecendo, no Art. 36, que o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por Itinerários Formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, de acordo com circunstância local e as possibilidades dos sistemas de ensino. A

Lei determina que a escola disponibilize no mínimo dois itinerários formativos que devem possibilitar a contextualização do que é ensinado em relação à realidade da instituição, e que os estudantes se aprofundem nas áreas de suas predileções. Os Itinerários devem passar por pelo menos um dos quatro Eixos Estruturantes: 1 – *Investigação Científica*; 2 – *Empreendedorismo*; 3 – *Processos Criativos e Mediação*; 4 – *Intervenção Sociocultural*. Esses eixos são responsáveis por integrar as possíveis combinações dos Itinerários Formativos. Cada um desses eixos contempla, em si, um grupo de habilidades que, conjugadas às áreas do conhecimento e à formação profissional e tecnológica, fomentam o processo de ensino-aprendizagem. Algumas instituições veem com bons olhos essa configuração. O Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED, por exemplo, considera como partes indissociáveis a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos. (CONSED, 2021). Mesmo assim, levando em conta o processo, o conteúdo e a forma de elaboração do Novo Ensino Médio, o site do Senado Federal fez uma consulta pública sobre a reforma do Ensino Médio no qual 4.551 concordaram com a reforma e 73.565 não concordaram entre outros movimentos de educadores pelo país mas essa opinião popular não é levada em conta<sup>7</sup>.

#### **4. O ENSINO DE HISTÓRIA E A BNCC**

Ao tratar do ensino de História, a BNCC orienta o professor a estimular o estudante a compreender acontecimentos históricos, as relações de poder e os processos, relação tempo/ espaço, território/fronteira, indivíduo, natureza, sociedade e culturas, ética, política e trabalho e direitos humanos, assim como mecanismo de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais. Com a Base, ganha relevância a necessidade de traçar paralelos entre os fatos históricos e a realidade contribuindo para a construção do aluno como um indivíduo crítico, ético, democrático e solidário. O livro didático no Novo Ensino Médio emerge, assim, como um resumo da BNCC a ser seguido. Tal perspectiva se torna preocupante tanto no conteúdo, quanto na forma de se ensinar.

Na História, o tempo assume significados e importância variados. O fundamental é compreender que não existe uma única noção de tempo e que ele não é nem homogêneo, nem linear, ou seja, ele expressa diferentes significados. Assim, no Ensino Médio, os estudantes

---

<sup>7</sup> Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=126992>

precisam desenvolver noções de tempo que ultrapassem a dimensão cronológica, ganhando diferentes dimensões, tanto simbólicas como abstratas, destacando as noções de tempo em diferentes sociedades” (BRASIL, 2017, p. 562). É importante ressaltar que no Ensino Médio, não estabelecemos os parâmetros de objetivos e metas da disciplina História. Nos referimos, de fato, aos parâmetros definidos na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – CHSA, uma vez que a História perdeu sua condição de disciplina autônoma. O ensino de História deve ter como princípios as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. Conforme a Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008<sup>8</sup>, foi incluído no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena oportunizando novos formatos curriculares. A inclusão desses temas como obrigatórios deve ultrapassar a dimensão puramente retórica e permitir que se defenda o estudo dessas populações como artífices da própria história do Brasil evidenciando o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira.

No Ensino Médio a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas “propõe o aprofundamento e a ampliação da base conceitual e dos modos de construção da argumentação e sistematização do raciocínio, operacionalizados com base em procedimentos analíticos e interpretativos” (BRASIL, 2017, p. 472). De acordo com a Base, é preciso transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e das sociedades em que se vive. “Sendo assim, os alunos não devem apenas aprender sobre os fatos de maneira distante ou fora de contexto a outros fenômenos e, principalmente, do próprio presente” (SALAS, 2018). A BNCC argumenta que a área de CHSA tem papel importante para apoiar os estudantes em sua atuação protagonista no mundo e que suas competências específicas, quando trabalhadas de forma integrada, com mediação ativa dos educadores, ajudam a promover a atuação ética, estética, cidadã e profissional dos estudantes.

---

<sup>8</sup> Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm).

## 5. AS COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E A ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Uma vez que trabalhamos a estrutura da BNCC e do Novo Ensino Médio, com a Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos, vamos tratar das Competências e das Habilidades da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Novo Ensino Médio. Na BNCC, Competência é definida como a mobilização de conhecimentos, ou seja, conceitos e procedimentos, além de Habilidades: práticas cognitivas e socioemocionais. Preconiza, atitudes e valores para resolver problemas da vida cotidiana, o pleno exercício da cidadania e o trabalho. (BRASIL, 2018). Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” e sobretudo, do que devem “saber fazer”, a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC (GONÇALVES *et al*, 2020). De acordo com o professor Philippe Perrenoud da Universidade de Genebra, Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos tais como saberes, capacidades e informações, para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações que estão ligadas a contextos culturais, profissionais e condições sociais distintos. A expressão “Competências para o Século XXI” cunhada pelos professores Charles Fadel, Maya Bialik e Bernie Trilling (2016) se refere a um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que preparam os estudantes para a vida acadêmica, profissional, pessoal e em comunidade. Portanto, os estudantes precisam desenvolver tanto competências cognitivas quanto socioemocionais (FADEL; BIALIK; TRILLING, 2016).

A BNCC estabelece seis Competências Específicas distribuídas ao longo dos três anos do ensino médio abrangendo a área de CHSA, na qual está inserida a disciplina de História. Uma vez que na BNCC as competências específicas não trazem um título, apresentamos assim as seis Competências Específicas na Área de CHSA<sup>9</sup>: Competência 1: *Procedimentos Epistemológicos, Científicos e Tecnológicos*. Possui seis habilidades que abrangem o trabalho com fontes, contextos históricos, hipóteses, cultura material e imaterial, uso crítico de diferentes linguagens e gêneros textuais; Competência 2: *Territorialidades, Fronteiras e Relações de Poder*. Possui seis habilidades que abrangem dinâmicas de populações, mercadorias e capital, ocupações de espaço, impérios, Estados Nacionais, territorialidades, culturas juvenis e raciocínio geográfico; Competência 3: *As Sociedade e a Natureza*. Possui

---

<sup>9</sup> O texto original das Competências e Habilidades da BNCC pode ser encontrado em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>, p.571.

seis habilidades que abrangem: relações entre a sociedade e natureza em uma perspectiva socioambiental tratando de sustentabilidade, consumo responsável, cadeias produtivas, indústria cultural e consumismo; Competência 4: *Sociedade e Trabalho*. Possui quatro habilidades que abrangem relações de produção, capital e trabalho, significados de trabalho, indicadores de emprego, trabalho e renda, transformações tecnológicas e informacionais; Competência 5: *Sociedade, Ética e Direitos Humanos*. Possui quatro habilidades que abrangem concepção e visão de mundo, ética em diferentes culturas, desigualdades e preconceitos e formas de violência; Competência 6: *A Política e Construção da Cidadania*. Possui cinco habilidades que abrangem demandas políticas, sociais e culturais de indígenas e afrodescendentes, paternalismo, autoritarismo e populismo, conceitos políticos básicos, organismos internacionais e princípios da Declaração dos Direitos Humanos.

Segundo o texto da BNCC, o conjunto dessas competências e habilidades têm o objetivo de consolidar, aprofundar e ampliar a formação integral e contribuir para que os estudantes possam construir e realizar seu projeto de vida, em consonância com os princípios da justiça, da ética e da cidadania (Brasil. BNCC, 2017). O eixo de ligação de todos esses elementos da reforma do ensino para se chegar a uma educação de qualidade é a Interdisciplinaridade.

## **6. A INTERDISCIPLINARIDADE**

Numa perspectiva ampla a interdisciplinaridade é a interação entre duas ou mais disciplinas. Reconhece-se, porém, que essa definição é insuficiente para fundamentar práticas interdisciplinares. Quando integradas, elas ganham novas configurações que permitem o surgimento de novas perspectivas teóricas e metodológicas. Para Ivani Fazenda (1994) a interdisciplinaridade não se configura como categoria de conhecimento, mas de ação, de ligação entre os diferentes elementos integrados. Segundo Paulo Freire (1987) a interdisciplinaridade é o processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito com base em sua relação com o contexto, com a realidade, com sua cultura, com sua história. Juarez da Silva Thiesen (2008), ressalta o caráter dialógico na relação de ensino e aprendizagem necessária à problematização do conhecimento. Ao recorrer aos apontamentos de Paulo Freire, Thiesen destaca a interdisciplinaridade enquanto processo metodológico de construção do conhecimento pelo sujeito com base em sua relação com o contexto, com a realidade, com sua cultura.

A interdisciplinaridade é um fator de extrema importância para superar a fragmentação dos conteúdos e dos currículos no Novo Ensino Médio. Hilton Japiassu (1976) concebe a interdisciplinaridade como eixo fundamental na organização curricular, como um movimento realizado no interior das disciplinas por meio da prática pedagógica. Já Edgar Morin (2005), a entende como modo de pensar em que não se separa a vida intelectual das vivências reais das pessoas, em constante movimento e repletas de antagonismos e aproximações. A professora Patrícia Takahashi (2020), enfatiza que o método deve ser entendido como a forma em que os projetos interdisciplinares são aplicados, dando valor primário e fundamental ao planejamento e observa que com o advento das tecnologias digitais, de fácil acesso à informação, de transposição de barreiras físicas, culturais e sociais provenientes da expansão da internet, a função do professor passou a sofrer mudanças em sua forma de atuação decorrentes das novas demandas da contemporaneidade. Os alunos não se prendem mais a informações desconectadas de um contexto, de uma utilidade, de objetivos claros e com influência direta em suas vidas (Takahashi, 2020). A interdisciplinaridade é uma prática presente nas esferas do conhecimento e da pedagogia, contudo, não pode ser encarada como um fim em si mesma, e sim como uma forma de chegar a um aprendizado mais significativo. Ela rompe com uma visão objetiva e mecânica de educação e pretende-se integradora.

## 7. O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E MATERIAL DIDÁTICO E A BNCC

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD<sup>10</sup> é um programa do governo brasileiro criado em 1985 com o objetivo de fornecer livros didáticos para as escolas públicas brasileiras. Com a edição do Decreto Nº 9.099, de 18 de julho de 2017<sup>11</sup>, os *Programas do Livro* foram unificados surgindo o PNLD atual, o qual tem como objetivo avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital. Os livros didáticos do Novo Ensino Médio materializam as normas e procedimentos, competências e habilidades presentes no texto da BNCC. O livro didático da disciplina História não existe mais no

---

<sup>10</sup> Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-aco-es-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>

<sup>11</sup> Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm).

Ensino Médio. Temos agora uma coleção de seis livros que compõem a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – CCHSA, tratando a educação no Ensino Médio a partir de Eixos Temáticos, Competências e Habilidades, Interdisciplinaridade e Itinerários Formativos. No PNLD 2021, as obras estão organizadas em cinco objetos: Objeto 1 – *Projetos Integradores e Projeto de Vida*; Objeto 2 – *Livros Didáticos por Área do Conhecimento*; Objeto 3 – *Obras de Formação para Professores e Gestores*; Objeto 4 – *Recursos Digitais*; e Objeto 5 – *Obras Literárias*. Essa organização tem causado polêmica, tanto institucionais, como de professores, mesmo sendo de competência das escolas e das redes de ensino garantir que o corpo docente da escola participe do processo de escolha democraticamente.

De acordo com o edital PNLD 2021<sup>12</sup>, a área de CHSA possui seis livros onde as quatro disciplinas – História, Filosofia, Sociologia e Geografia – devem estar interligadas seguindo uma abordagem interdisciplinar. Ao pesquisarmos os livros da área de CHSA<sup>13</sup>, verificamos que as obras apresentam o conhecimento de maneira temática abordando diferentes aspectos da realidade através de práticas cognitivas e socioemocionais, no entanto, verificamos uma gama de assuntos sem qualquer aprofundamento técnico ou teórico, uma vez não ser possível estancar os sujeitos sociais de uma ideia de História mais ampla. Ao abordar a história africana, a história afro-brasileira e a história indígena, por exemplo, constatase uma diluição da discussão desses temas que aparecem geralmente desconectados da ideia de História como processo. A reflexão que fazemos sobre as obras é que não se trata de conteúdos de História, mas de conteúdos que fazem referência à História, onde os acontecimentos se restringem à mera descrição. Consideramos que o trabalho com os estudantes darão menos conhecimento e consciência histórica e mais informações avulsas e desconexas. O PNLD 2021 sofreu várias críticas, uma delas foi através de um manifesto produzido pelo III Fórum de Docentes de História da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - FORD GIFs<sup>14</sup> que decidiu sobre a autonomia dos Institutos Federais para rejeitar mudanças na adoção de uma nova temporalidade histórica ou seleção de uma matriz que comporte História, Filosofia, Geografia e Sociologia.

---

<sup>12</sup>Edital PNLD 2021. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13106-edital-pnld-2021>.

<sup>13</sup> Escolha PNLD 2021 – Projetos. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/escolha-pnld-2021-projetos>.

<sup>14</sup> Manifesto do III Fórum de Docentes de História da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica acerca do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD/Ensino Médio – Objeto 2, julho de 2021. Disponível em: <https://cdn.sinprodf.org.br/portal/uploads/2021/08/04135954/Manifesto-FORDHIFs.pdf>.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os defensores da BNCC acreditam que a escola será beneficiada ao trabalhar temáticas e abordagens pedagógicas mais interessantes e que vão ao encontro das necessidades de aprendizagem dos alunos atuais. A abordagem educacional por competências e habilidades, entretanto, não vai resolver os problemas de desigualdade frente à escola, como a reprovação e o abandono. Saímos de uma educação de conteúdos verticalizados e prontos, para uma em que há a pulverização de conteúdos em uma área ampla das Ciências Humanas. Analisando o texto da BNCC e os textos dos autores que se ateram ao tema, constatamos que na prática a História perdeu sua autonomia como área do conhecimento e o conteúdo historiográfico ficou diluído tanto no conteúdo da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, assim como na forma com que se aborda o conteúdo, como se verifica no PNLD que resume a BNCC e suas normas para cada área do conhecimento no próprio livro didático. O Novo Ensino Médio, para além das normas, deve priorizar os jovens que se diferenciam por frágeis condições socioeconômicas e socioculturais. A escola não pode acabar com as desigualdades sociais, mas pode trabalhar para melhorar as condições de inclusão social. O ensino por competências não é condenável. É preciso um tempo mínimo para que os estudantes consigam percebê-las na prática.

Constatamos neste trabalho de conclusão de curso que a disciplina de História está diluída na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que por sua vez está diluída dentro da BNCC, o que revela a quase invisibilidade das ciências que compõem a área. O que o documento da Base, de forma teórica, e o Novo Ensino Médio de forma prática, nos proporciona é refletirmos sobre a nossa própria condição de professores de História. Com o Novo Ensino Médio há um comprometimento muito alinhado com o individualismo do estudante. Os Itinerários Formativos e os Eixos Estruturantes se identificam mais na esfera individual e competitiva da educação, ligadas a ideias neoliberais. Segundo Telmy Rezende analista do Sebrae<sup>15</sup>, para a criação de itinerários realmente relevantes para os estudantes, é, preciso a mudança de mentalidade dos gestores educacionais e dos professores. As pessoas ainda estão presas a programas e não pensam em experiências. Afirma que proporcionar experiências significa não ter uma organização fixa. Elas são conhecimentos fragmentados para atender aos interesses dos estudantes. São eles próprios que irão construir a relação entre um e outro. A escola não precisa necessariamente fazer essa amarração, ela pode oferecer

---

<sup>15</sup> O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas é uma entidade privada brasileira de serviço social, sem fins lucrativos.

experiências e o estudante é quem vai, ele mesmo, fazer as conexões<sup>16</sup>. Já segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, as escolas do futuro têm que ajudar os alunos a pensar por si mesmos e a trabalhar com os outros. Eles devem entender os limites entre ações individuais e coletivas e melhorar sua capacidade de identificar e compreender os próprios pontos de vista e o mundo ao redor (OCDE, 2020).

Possuímos uma certa consciência da nossa própria história, mas não somos capazes de nos colocar em perspectiva e percebermos que ela está ligada à história do outro, do nosso próprio país e do próprio planeta. É essa ligação que sempre foi, de certa maneira, mantida desconectada. Percebemos que a BNCC propõe um ensino de História repleto de contradições que revelam uma norma excludente, não só no conteúdo, mas também na forma. Temos que olhar para frente, trabalhar, debater, dialogar, refletir e nos impor diante das necessárias mudanças da Educação Básica, levando como bandeira, sim, os princípios gerais da BNCC, mas apresentando de forma equilibrada e científica as possíveis transformações no ensino de História, encarando de forma científica e criativa as mudanças impostas.

## 9. REFERÊNCIAS

ABREU, Nicolle. **Itinerários Formativos do Ensino Médio: O Que São?** Blog Somos Par, 2020. Disponível em: <https://www.somospar.com.br/itinerarios-formativos-do-ensino-medio-o-que-sao/>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DOMINGUES, Joelza Ester. **Ciências Humanas no Novo Ensino Médio: 6 mudanças significativas**. Blog Ensinar História, 2021, Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/ciencias-humanas-no-novo-ensino-medio/>.

FADEL, C.; BIALIK, M.; TRILLING, B. **Educação em quatro dimensões: as competências que os estudantes precisam ter para atingir o sucesso**. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 2016. Disponível em: <https://curriculumredesign.org/wp-content/uploads/Educao-em-quatro-dimensoes-Portuguese.pdf>.

FAZENDA, Ivani Catarina. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 1979.

---

<sup>16</sup> Sebrae Observatório. Disponível em: <https://cer.sebrae.com.br/observatorio/bncc/>.

FORD GIFs – **III Fórum de Docentes de História da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília: 2021

FREITAS, Luis Carlos. **Avaliação Educacional**. Blog do Freitas 2017. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/autor/freitaslc/>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

Guia Digital do PNLD 2021. Disponível em: [https://pnld.nees.ufal.br/pnld\\_2021\\_proj\\_int\\_vida/inicio](https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_proj_int_vida/inicio)

GONÇALVES, Virgínia Siqueira, et al. **Base Nacional Comum Curricular: tudo sobre habilidades, competências e metodologias ativas na BNCC: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio**. São Paulo: Ed. Dialética, 2020.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1976.

MORIN, Edgar. **Educação e Complexidade, Os Sete Saberes e Outros Ensaios**. São Paulo: Cortez, 2005.

OCDE. **Desenvolvimento da Criatividade e do Pensamento Crítico dos Estudantes, O Que Significa na Escola?** OCDE/Instituto Ayrton Senna, 2020.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SEBRAE. **Observatório**. Disponível em: <https://cer.sebrae.com.br/observatorio/bncc/>

SOBRINHO. Antônio Fávero. **O aluno não é mais aquele! E agora, professor? A transfiguração histórica dos sujeitos da educação**. In: I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Anais. Belo Horizonte: nov. 2010, p.10.

TAKAHASHI, Patricia. **O que é essa tal interdisciplinaridade?** USP, Revista Educação, 2020 disponível em <https://revistaeducacao.com.br/2020/01/24/interdisciplinaridade-artigo-usp/>.

SALAS, Paula. **O que o professor precisa saber para dar uma aula de História alinhada à BNCC?** São Paulo: Nova Escola, 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br>

THIESEN, Juarez da Silva. **A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino aprendizagem**. In: Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, V.13, nº 39, p. 545 - 554, set/dez, 2008.